

QUAL O *TEMPO* DO HOMEM?

Custódia A. A. Martins (Un. de Minho)

Resumo: Aqui pretende-se mostrar a importância do tempo cronológico através do recurso aos diversos elementos, aos diferentes pormenores que compõem o episódio, o qual acabou por ser determinante no transtorno emocional causado ao nosso autor ao longo dos anos.

Palavras-chave: Rousseau – tempo – história – origem.

O conceito de tempo em Rousseau é fundamental para se compreender qual o lugar que o Homem ocupa na relação que estabelece quer com a Natureza quer com a Sociedade. Consideramos que em Rousseau podemos falar de um tempo cronológico e de um tempo originário. O primeiro, o tempo cronológico, é o tempo do espaço: é o tempo da História. Ou seja, é o tempo dos acontecimentos, são as realidades temporais inscritas no espaço, na Sociedade. É a história dos Povos. É a história da Comunidade. É um tempo que necessita de identificar o espaço físico, o qual pode ser relatado, pode ser contado (descrito), e que pode por todos ser percebido (conhecido). Este é o tempo que se vê. O segundo é o tempo originário. Aquele que é o tempo ausente de espaço: é o tempo da Memória. Ou seja, é o tempo em que os acontecimentos não necessitam de espaço físico para acontecer. A realidade está inscrita no coração do Indivíduo. É a lembrança da Natureza. É a Memória do Solitário. É o tempo esquecido, é o tempo estranho ao homem da Sociedade. Este é o tempo que se sente: é um estado de alma.

Para melhor ilustrar esta interpretação tomemos como exemplo duas passagens textuais do nosso autor. A primeira retirada do texto das *Confissões* é o relato de um episódio relativo às travessas de cabelo de Mademoiselle Lambercier:

A criada pusera a secar no nicho da parede da lareira as travessas de Mademoiselle Lambercier. Quando voltou por elas, havia uma com uma fiada de dentes todos partidos. Quem acusar de semelhante estrago? Ninguém, além de mim, havia ali dentro. Interrogam-me: nego ter tocado na travessa...¹.

1 ROUSSEAU, J-J. *Confissões*. 1988, pp. 33-34.

Aqui se pretende mostrar a importância do tempo cronológico por meio do recurso aos diversos elementos, aos diferentes pormenores que compõem o episódio, o qual acabou por ser determinante no transtorno emocional causado ao nosso autor ao longo dos anos. Por isso mesmo, Rousseau faz questão de sublinhar tão grande injustiça na acusação. Essa intenção é reforçada quando acrescenta:

Há quase cinquenta anos que a aventura se passou, e não receio ser punido doravante pelo delito: pois bem! Declaro à face do Céu que estava inocente, que não tinha quebrado nem tocado na travessa, que me não tinha aproximado do nicho, e que nem sequer nisso tinha pensado. Não me perguntem como se deu o desastre, ignoro-o e não posso compreender como a coisa se passou; o que sei de absoluta certeza é que estava inocente...².

A segunda passagem refere-se ao apelo feito por Rousseau no *Discurso Sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens*: “Oh, homem, de qualquer terra que sejas, quaisquer que sejam as tuas opiniões, escuta: eis a tua história, tal como acreditei lê-la, não nos livros de teus semelhantes, que são mentirosos, mas na natureza que jamais mente”³. Nesta passagem pretende-se mostrar a importância do tempo originário, o que está em causa é a verosimilhança de um acontecimento universal. Ao contrário da passagem anterior, em que os objectos e os factos eram considerados indicadores determinantes para aferir da verdade ou falsidade de um acontecimento particular. Por isso mesmo Rousseau enfatiza:

Comecemos, pois, por descartar todos os factos, pois eles não se prendem à questão. Não se devem tomar as pesquisas que se podem realizar sobre esse assunto por verdades históricas, mas somente por raciocínios hipotéticos e condicionais, mais apropriados para esclarecer a natureza das coisas do que para lhes mostrar a verdadeira origem (...)⁴.

Ora, estas duas concepções de tempo ilustram o mal-estar em que viveu Jean-Jacques Rousseau. Porém, Rousseau é um homem do seu tempo. Resta saber: se esse é o *tempo* do Homem natural. Para responder a esta pergunta é essencial entender o que é que significa o estado de natureza para o Homem. Estado esse, que mais do que uma condição que apela à

2 ROUSSEAU, J.-J. *Confissões*. 1988, p. 34.

3 ROUSSEAU, J.-J. *Discurso Sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens*. 2002, p. 162.

4 ROUSSEAU, J.-J. *Discurso Sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens*. 2002, p. 161.

ocupação de um espaço físico, apela para uma condição temporal. Qual o tempo do Homem natural? Ensaar uma resposta à questão colocada implica, antes de mais, saber qual o estatuto epistemológico daquele que responde.

Consideremos a distinção entre historiador e poeta feita por Aristóteles na *Poética*:

O historiador e o poeta não diferem pelo facto de um escrever em prosa e o outro em verso. Diferem é pelo facto de um relatar o que aconteceu e outro o que poderia acontecer. Portanto, a poesia é mais filosófica e tem um carácter mais elevado do que a História. É que a poesia expressa o universal, a História o particular⁵

Justamente, a resposta que Rousseau ensaia no *Discurso Sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens* aponta para uma história do homem natural, uma história hipotética daquilo que poderia ter acontecido. Ser homem da sociedade é ser homem do tempo cronológico é ser homem do passado, do presente e do futuro, é ser homem da História. Porém, a História não é o tempo do Homem Natural. Por isso, recusar viver com os homens é uma forma de recusar viver na história do tempo cronológico. Neste sentido, a crítica dirigida ao progresso das ciências e das artes é antes de mais um manifesto a favor de um tempo originário, aquele a que chamamos o tempo da memória.

Se para Aristóteles “(...) o poeta deve ser um construtor de enredos mais do que de versos...”⁶, em Rousseau é a figura do solitário que deve ser capaz de construir uma narrativa significativa, a qual, permita resgatar o tempo originário. A figura do solitário, a maior parte das vezes, coincidente como próprio Jean-Jacques é crucial, pois, é a partir dela que o autor consegue criar enredos episódicos. Na interpretação de Aristóteles a estrutura dos enredos devem resultar: “(...) de acontecimentos anteriores e [devem ocorrer] de acordo com o princípio da necessidade e da verosimilhança (...)”⁷. Não admira que um recurso estilístico utilizado por Rousseau, nomeadamente, nos textos autobiográficos, seja a figura da peripécia na perspectiva aristotélica: “a mudança dos acontecimentos para o seu reverso, mas isto, (...) de acordo com o princípio da verosimilhança e da necessidade (...)”⁸. Poderíamos dizer que o recurso à peripécia permite que o solitário (Rousseau) cumpra o seu objectivo: o de alertar os seus contemporâneos para o perigo da degeneração da condição original do homem. De acordo com a terminologia aristotélica, o solitário pretenderia levar os homens ao

5 ARISTÓTELES. *Poética*, 1451b, 1-10.

6 ARISTÓTELES. *Poética*, 1451b, 25-30.

7 ARISTÓTELES. *Poética*, 1452A, 15-20.

8 ARISTÓTELES. *Poética*, 1452A, 20-25.

reconhecimento (da sua condição), ou seja, fomentar: “a passagem da ignorância para o conhecimento, para a amizade ou para o ódio entre aqueles que estão destinados à felicidade ou à infelicidade”⁹. A construção de uma narrativa significativa faz com que o solitário (Rousseau) esteja destinado ora a ser amado ora a ser odiado e a sua condição natural é por definição de sofrimento. Uma vida que culmina num afastamento em relação a tudo e a todos e que é entendida como “um acto destruir ou doloroso, tal como as mortes em cena, grandes dores e ferimentos e coisas deste género”¹⁰.

No artigo *The Value of Narrativity in the Representation of Reality*, Hayden White afirma que a narrativa permite resolver um problema essencial do conhecimento humano, o de saber como traduzir o *saber* em *dizer*. Assim, perguntar pela natureza da narrativa implica uma reflexão sobre a natureza quer da cultura quer da própria natureza da humanidade. Defende o autor que o impulso para narrar é natural, “tão inevitável é a forma da narrativa para qualquer relato da maneira como as coisas realmente aconteceram”¹¹. Isto só é possível se a entendermos como “metacódigo, um universal humano na base do qual mensagens transculturais sobre a natureza de uma realidade partilhada podem ser transmitidas”¹². A narrativa fornece o significado. E aquilo que Rousseau pretende com a sua narrativa é justamente a procura desse significado.

Para os historiadores a forma de narrativa não lhes permite relatar as verdades sobre o mundo real. Por esta razão recusam contar uma “estória” (*story*) sobre o passado, a qual, deve seguir uma estrutura própria contemplando um princípio, um meio e um fim. Sobre este assunto esclarece melhor Hayden quando escreve:

Enquanto certamente eles narraram os seus relatos da realidade que eles perceberam, ou pensaram que perceberam, existir no interior ou por trás da evidência que examinaram, eles não narrativizaram essa realidade, não impuseram sobre ela a forma de uma estória¹³.

Neste contexto, impõe-se uma distinção no discurso histórico: (a) aquele que narra; (b) aquele que narrativiza. O primeiro olha para o mundo para o poder relatar; o segundo finge

9 ARISTÓTELES. *Poética*, 1452a 30-35

10 ARISTÓTELES. *Poética*, (1452b 10-15).

11 WHITE, Hayden. The Value of Narrativity in the Representation of Reality, In *Critical Inquiry*, Vol. 7, No. 1. On Narrative, 1980, p. 5.

12 WHITE, Hayden. The Value of Narrativity in the Representation of Reality, In *Critical Inquiry*, Vol. 7, No. 1. On Narrative, 1980, p. 6.

13 WHITE, Hayden. The Value of Narrativity in the Representation of Reality, In *Critical Inquiry*, Vol. 7, No. 1. On Narrative, 1980, p. 6.

que o mundo fala de si mesmo e fá-lo como se fosse uma “estória” (*story*). A narrativa torna-se um problema quando tentamos dar aos acontecimentos reais a forma de estória (*story*). À questão: “O que está envolvido nesse encontrar da “verdadeira estória”, nessa descoberta da “história real” no interior ou por trás dos acontecimentos que nos chegam sob a forma caótica de “registos históricos?”¹⁴, responde o autor:

No enigma deste anseio, deste desejo, entrevemos a função cultural do discurso narrativizado em geral, uma intimação do impulso psicológico por trás da aparentemente necessidade universal não apenas de narrar mas de dar aos acontecimentos o aspecto de uma narrativa¹⁵.

O impulso por este “desejo” encontra lugar privilegiado no campo da historiografia, isto porque “é aqui que o nosso desejo do imaginário, do possível, tem de entrar em concurso com os imperativos do real, do factual”¹⁶. Se entendermos a narração e a narratividade como instrumentos de mediação e possível resolução do conflito existente entre o imaginário e o real, por meio de um discurso, então, poderemos perceber num mesmo gesto um duplo aspecto: o apelo à narrativa e a sua rejeição.

Hayden White apresenta uma teoria sobre a relação entre a historiografia e a narrativa com o objectivo de esclarecer a distinção entre elementos da “estória” (*story*) e o enredo de elementos que fazem parte do discurso histórico. Para o autor é fundamental perceber por que razão o enredo de uma narrativa fornece sentido aos acontecimentos, revelando uma “estrutura”, a qual esteve desde sempre imanente nos acontecimentos. Assim, procura-se saber, seja qual for o relato narrativo de acontecimentos reais, qual a natureza dessa imanência. Escreve Hayden:

A realidade destes acontecimentos não consiste no facto de que eles ocorreram mas que, primeiro que tudo, eles foram recordados e, segundo, que foram capazes de encontrar um lugar numa ordem cronológica sequencial¹⁷.

14 WHITE, Hayden. The Value of Narrativity in the Representation of Reality, In *Critical Inquiry*, Vol. 7, No. 1. On Narrative, 1980, p. 8.

15 WHITE, Hayden. The Value of Narrativity in the Representation of Reality, In *Critical Inquiry*, Vol. 7, No. 1. On Narrative, 1980, p. 8.

16 WHITE, Hayden. The Value of Narrativity in the Representation of Reality, In *Critical Inquiry*, Vol. 7, No. 1. On Narrative, 1980, p. 8.

17 WHITE, Hayden. The Value of Narrativity in the Representation of Reality, In *Critical Inquiry*, Vol. 7, No. 1. On Narrative, 1980, p. 23.

Neste contexto, para que um conjunto de acontecimentos possa ser considerado um relato histórico, não lhes basta ser recordados pela ordem da ocorrência original, mas, que possam ser recordados *numa ordem de narrativa*.

Assim, a história pertence à categoria do que se designa “discurso do real” em oposição ao “discurso do imaginário” e ao “discurso do desejo”. Porém, Hayden defende a existência de uma narrativa histórica, a qual, “revela-nos um mundo que está putativamente “acabado”, terminado, concluído, e porém não dissolvido”¹⁸. Ora é justamente esta ideia de “terminar”, de “concluir” da narrativa histórica que transporta consigo a noção de um objectivo último de carácter *moral*. A este respeito escreve o autor:

Na medida em que as estórias podem ser completadas, lhes pode ser dado um fechamento narrativo, se pode mostrar que sempre tiveram um enredo, elas dão à realidade o odor do ideal. É por isso que o enredo de uma narrativa histórica é sempre um embaraço e tem de ser apresentado como um “achado” nos acontecimentos em vez de colocado aí por técnicas narrativas. A exigência de fechamento na estória histórica é uma exigência (...) por um sentido moral, a exigência de que sequências de acontecimentos reais sejam avaliados quanto ao seu significado enquanto elementos de um drama moral¹⁹.

À pergunta colocada por Hayden, se houve alguma narrativa histórica escrita que não tivesse sido a expressão de uma consciência moral, responde Rousseau no *Emílio*: “Mas nós não sabemos tirar nenhum partido verdadeiro da história; a crítica de erudição absorve tudo, como se importasse muito que um facto fosse verdadeiro, uma vez que pudéssemos tirar dele um ensinamento útil. Os homens sensatos devem encarar a história como uma trama de fábulas cuja moral é apropriadíssima ao coração humano”²⁰.

Assim podemos falar da importância da narrativa histórica para Rousseau. Para o nosso autor, a narrativa histórica é um modo de exercer a compreensão que devemos fazer dos acontecimentos históricos, na medida, em que os dota de sentido, mais do que explicação ou justificação dos mesmos. Veja a seguinte passagem:

18 WHITE, Hayden. The Value of Narrativity in the Representation of Reality, In *Critical Inquiry*, Vol. 7, No. 1. On Narrative, 1980, p. 23.

19 WHITE, Hayden. The Value of Narrativity in the Representation of Reality, In *Critical Inquiry*, Vol. 7, No. 1. On Narrative, 1980, p. 24.

20 ROUSSEAU, J.-J. *Emílio ou Da Educação*. 1999, p. 189.

Crer-se-á que o verdadeiro conhecimento dos acontecimentos seja separável daquele de suas causas, de seus efeitos, e que o histórico se relacione tão pouco com o moral que seja possível conhecer um sem o outro? Se vedes nas acções dos homens apenas os movimentos exteriores e puramente físicos, que aprendeis com a história? Absolutamente nada. E esse estudo, desprovido de qualquer interesse, não vos dá mais prazer do que instrução²¹.

De acordo com Roger Scruton, “O estudo da história não pode oferecer teorias que expliquem o passado da maneira como os físicos explicam o arco-íris. Podemos desistir do fútil projecto de uma ciência dos acontecimentos históricos sem renunciar à tentativa de os compreender”²². De facto, aquilo que Rousseau pretende fazer no *Primeiro Discurso e no Segundo Discurso* é apresentar de uma forma descritiva o que sucedeu à condição humana, em que sentido evoluiu a história da humanidade. Por isso, e partilhando da leitura de Scruton, as razões elencadas pelo genebrino mais não são do que “razões que tornam uma acção inteligível, permitindo-nos percebê-la de outra forma. Razões destas nem podem explicar nem justificar, mas simplesmente voltar a descrever a acção, de maneira a coloca-la no contexto das nossas próprias tomadas de decisão”²³. Neste sentido, podemos concluir que Rousseau foi bastante claro no modo como contextualizou a sua tomada de decisão relativamente à interpretação que fez da história da condição humana. Paul De Man afirma:

(...) o *Discurso* pode ser considerado como um modelo literal para uma teoria da história e da sociedade, um modelo que pode ser transportado *enquanto tal* do texto para situação política ou social que representa ou prefigura (...). (...) no *Segundo Discurso*, a terminologia política e os temas políticos postulam a existência de um referente extra-textual e levantam a questão da relação do texto com esse referente²⁴.

Para Paul de Man esse referente extra-textual do *Segundo Discurso* é aquilo a que Rousseau chamou *estado de natureza*. Para alguns intérpretes de Rousseau essa é uma designação que corresponde a uma realidade empírica; para outros não. Para De Man “é uma ficção”²⁵. Por isso entende que a questão que se impõe é saber qual o significado que esta ficção tem

21 ROUSSEAU, J.-J. *Emílio ou Da Educação*. 1999, p. 117.

22 SCRUTON, Roger. *Guia da Filosofia para pessoas inteligentes*. 2007, p. 155.

23 SCRUTON, Roger. *Guia da Filosofia para pessoas inteligentes*. 2007, p. 155.

24 DE MAN, Paul. Metaphor, In *Allegories of Reading*. 1979, p. 136.

25 DE MAN, Paul. Metaphor, In *Allegories of Reading*. 1979, p. 136.

com o mundo empírico. Aquilo a que assistimos é a uma tensão entre o que são acontecimentos reais e o que são acontecimentos ficcionais. Como se pode articular esta ambiguidade, senão mesmo, hibridiz de discurso? Resta-nos, pois, questionar qual a natureza de um discurso com estas características? Que estatuto epistemológico lhe devemos atribuir?

Como uma narrativa genética na qual o estado de natureza funciona no mínimo como um ponto de partida ou como um ponto de referência, o *Segundo Discurso* parece contradizer a rejeição radical da realidade na qual assenta a sua pretensão de se libertar dos constrangimentos dos factos. Rousseau parece querer os dois mundos, dando-se a si próprio a liberdade do fabulador mas, ao mesmo tempo, a autoridade do historiador responsável²⁶.

Considerando esta última passagem de De Man, discordamos da leitura que este faz daquilo a que chamou posicionamento constrangedor de Rousseau face à relação entre fabulador e historiador. Se entendermos que o referente extra-textual que De Man identificou, o estado de natureza corresponde àquilo a que Scruton designou de categorias históricas, as quais pretendem ordenar “o passado em termos de sentido como um objecto de diálogo racional”²⁷, então, Rousseau não faz mais que tentar compreender o Homem a partir de um diálogo que estabelece com o passado. O constrangimento deixa de existir na medida em que Scruton afirma o seguinte:

Uma hermenêutica da história dirige-se à compreensão dos acontecimentos históricos enquanto acções *livres* de sujeitos individuais, que no entanto, concebidos como um todo, têm uma aparência comum ou *Gestalt*. Se dizemos que, dentro do padrão, este ou aquele acontecimento *tem* que ser assim, ou assado, ou que, no contexto da *Gestalt*, é *inevitável*, não estamos realmente a falar em termos causais. O conceito de inevitabilidade que estamos a usar é também o que ocorre no julgamento estético (...). A necessidade é aqui uma necessidade *sentida*, derivando do nosso sentido da forma artística. Uma tal necessidade artística é a mais superior espécie de liberdade, e não é de modo nenhum determinada pelo contexto²⁸.

26 DE MAN, Paul. Metaphor, In *Allegories of Reading*. 1979, p. 137.

27 SCRUTON, Roger. *Guia da Filosofia para pessoas inteligentes*. 2007, p. 158.

28 SCRUTON, Roger. *Guia da Filosofia para pessoas inteligentes*. 2007, p. 159.

Porém, a questão que mais incómoda De Man é a seguinte:

Como pode uma pura ficção e uma narrativa envolvendo realidades políticas tão concretas como a propriedade, a lei contratual e as modalidades de governo se combinarem numa história genética que pretender pôr a nu os fundamentos da sociedade humana?²⁹

Esta é a questão que procura a legitimação da narrativa rousseuniana. Sobre a pertinência desta temática Baczkó elucida:

Podemos arriscar a tese que Rousseau aceita sem reservas (...) a versão pragmática e moralista de prática da história da filosofia (...). A função que ele atribui à história na educação de Emílio é a esse título extremamente significativo. A história é um meio para ensinar a moral e não possui uma finalidade própria enquanto ciência. O facto histórico é a tal ponto adequado ao ensinamento moral que daí podemos concluir que mesmo a veracidade do facto se torna secundária na ciência da história³⁰.

Sobre este mesmo tema partilhamos da posição Scruton, a saber:

Um historiador de ideias está interessado na origem e influência de uma ideia; mas pode ser indiferente à sua verdade e validade. Um filósofo não deve estar interessado nessas «narrativas de legitimação» (...). A história das ideias não é uma história do crível, mas da vontade de acreditar³¹.

What is the time of man?

Abstract: Here we intend to show the importance of chronological time through the use of various elements, the different details that make the episode, which turned out to be decisive in emotional distress caused to our author over the years.

Key-words: Rousseau – time – History – origin.

29 DE MAN, Paul. Metaphor, In *Allegories of Reading*. 1979, p. 137.

30 BACZKO, Bronislaw. *Rousseau, Solitude et Communauté*. 1970, p. 107.

31 SCRUTON, Roger. *Guia da Filosofia para pessoas inteligentes*. 2007, pp. 163 - 164.

Referências bibliográficas

ARISTÓTELES. *Poética*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

BACZKO, Bronislaw. *Rousseau, Solitude et Communauté*. Paris: Mouton, 1974.

DE MAN, Paul. Metaphor, In *Allegories of Reading*. London: Yale University Press, 1979.

WHITE, Hayden. The Value of Narrativity in the Representation of Reality, In *Critical Inquiry*, Vol. 7, No. 1. On Narrative, 1980.

SCRUTON, Roger. *Guia da Filosofia para pessoas inteligentes*. Lisboa: Guerra e Paz, 2007.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso Sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. *Emílio ou Da Educação*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *Confissões*. Lisboa: Relógio d'Água, 1988.